

Territórios da Violência: Percepções Sobre a Criminalidade Urbana em Curitiba, Paraná, no Início do Século XXI.

Marcelo Bordin¹

Resumo: Na chegada do terceiro milênio a violência dos espaços urbanizados tem alarmado a sociedade em geral, governos, e pesquisadores em todo o mundo. A cidade de Curitiba não difere das demais cidades do país, estando colocada em alguns estudos de grande relevância nacional como uma das piores capitais com relação à violência e a criminalidade. No sentido de compreender esse quadro na cidade de Curitiba (Paraná-Brasil), esta reflexão propõe uma discussão sobre a divisão sócioespacial subjetiva imposta pela violência urbana e pelos índices criminais de alguns bairros.

Palavras-chave: violência urbana; criminalidade; segregação sócioespacial; exclusão, espacialização da violência.

INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras enfrentam nesse início de século um processo de constante evolução nos números de criminalidade e de violências, processo esse que se inicia com o fim da ditadura militar em 1985 e com a gradativa recuperação de uma série de direitos individuais e também pela mudança nos padrões de urbanização do país que atinge hoje, que a partir da década de 1970 já apresentava uma mudança de um país rural para um país urbano e chegando ao ano 2000 com índices de aproximadamente 81% (IBGE, 2000).

Essa concentração acelerada de pessoas vivendo em cidades sem condições de absorção de mão de obra, oferecimento de assistência à saúde, moradia ou qualquer outro tipo de assistência básica, produziu acentuadas disparidades de renda e de condições de vida, criando nos

¹ Licenciado em Geografia pela UFPR; Bacharel em Ciência Política pela FACINTER; Especialista em Sociologia Política pela UFPR; Pós Graduando em Saúde Pública pelo IBPEX, Mestrando em Geografia pela UFPR, Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Polícia do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) da UFPR e Analista Criminal da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE) da SESP PR.

dias de hoje uma clivagem social intensa alimentada pelo aumento dos padrões de consumo de determinadas parcelas da população, deixando milhares de cidadãos as margens de nossa sociedade.

Essa falta de perspectiva aliada à sensação de não pertencimento ao modelo de uma sociedade de consumo, em que as pessoas devem ser respeitadas pelas suas posses e não pelo simples fato de ser um “ser humano” caracteriza a vida cotidiana em nossas cidades, e com o aumento nos índices de criminalidade e de violência, gerando uma sensação de insegurança urbana muito grande, levando aqueles que podem a criar verdadeiras áreas livres de perigos e de pessoas consideradas “indesejáveis”, assim vivendo em condomínios e fazendo suas compras em grandes, seguros e frescos shopping centers que pipocam por todas as grandes e médias cidades, deixando a cidade com seus problemas e sua sujeira do lado de fora e longe dos olhos dos mais afortunados.

A “cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter respostas, está desse modo fadada a ser teatro de conflitos crescentes” (SANTOS, 1996), justificando nesse aspecto a necessidade imperativa de entendimento das relações que permeiam a cidade na busca por soluções que promovam os direitos dos cidadãos.

Mendonça (2002, p. 121) afirma que o cenário é de intensas e profundas crises para a humanidade, que desafiam a “sociedade em geral a encontrar novos rumos para a construção do presente futuro”. Assim sendo, debater a cidade como espaço de conflito é premente para compreender em partes os problemas pelas quais as grandes cidades passam.

Ainda nesse contexto, Caldeira (2000, p.211) chama a atenção para o fato de que as cidades possuem como característica básica à segregação tanto em âmbito espacial como no âmbito social, e que isto está dentro de uma normalidade das cidades no aspecto da evolução histórica, aliada ao modelo de desenvolvimento econômico, ou seja, as cidades com toda a sua segregação, exclusão e violência é fruto do desenvolvimento da nossa sociedade.

Caldeira (*Op. Cit.*) realizou estudos na maior cidade brasileira, São Paulo, porém seu trabalho pode ser utilizado como parâmetro para análises de diversas outras cidades resguardando as devidas proporções de tamanho, população, etc, e Curitiba, capital do Estado do Paraná é uma dessas cidades.

O objetivo deste artigo é identificar as áreas em Curitiba que possuem índices elevados de ocorrências criminais e também a percepção de quais áreas passam a ser na concepção de seus moradores como áreas de exclusão, segregação ou até mesmo territórios em que ocorrem mais ocorrências criminais ou situações de violência.

Buscando através de abordagens da ciência geográfica e também das ciências sociais, uma vez que essa área do conhecimento humano também estuda as questões relativas ao urbano e a violência de um modo mais específico e tentando identificar se existe determinada influencia do crescimento urbano em Curitiba na contribuição das segregadas, seja pela violência e criminalidade seja pela sensação de insegurança percebida cotidianamente.

A VIOLÊNCIA NAS CIDADES

As atuais taxas de violência nas grandes cidades transmitem cada vez mais uma enorme sensação de insegurança e medo, mas ao analisarmos outras épocas da humanidade verificasse que ela não é uma característica atual apenas de nossas grandes cidades modernas.

As violências que hoje acontecem possuem apenas uma nova forma e novas de desencadeamento, ou seja, a violência possui apenas uma nova percepção, possuindo um novo formato suprido por uma sociedade cada vez mais balizada por instrumentos de comunicações de massas e que não medem esforços em vender desgraças.

Mas a raça humana, durante a sua evolução esteve a frente de tipos diferenciados de violência (WIEVIORKA, 1997), fatos estes que foram

sofrendo transformações e modificações pelas condições de modernidade em que a humanidade vive.

Ainda na idéia transmitida por Wieviorka (*Op. Cit.*), verificasse que a sociedade atual se depara com violências que decorrem da “não-relação social” aliada a “exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial”, tendo como exemplos brasileiros ataques a pessoas baseados em critérios étnicos e classes sociais².

Nessa análise, o autor consegue de forma clara uma explicação até certo ponto cabível quando verificamos o aceite de determinadas parcelas da sociedade no uso de violência para o combate à criminalidade e que os agentes do Estado devem utilizar quaisquer meios para atingir uma certa “pacificação” ante a crescente sensação de insegurança que permeia a nossas grandes cidades e por que não falar do medo por que passa a sociedade ocidental como um todo.

Martuccelli (1999) chama também a atenção para o fato de que a violência e a modernidade são por demais entrelaçada e que da a idéia de que estaríamos em um possível retorno da “barbárie na civilização” é recorrente.

Com isso, se entende que violência urbana passa a ser um produto vendido pelas corporações midiáticas, não levando a uma discussão mais ampla, apenas favorecendo o que Glassner (1997) chama de cultura do medo, que desvia o foco dos verdadeiros problemas que se tem nas cidades, criando uma idéia distorcida de quais seriam realmente os problemas e quais os caminhos para soluções.

O jornalista Zuenir Ventura publicou em 1994 um livro que mesclava ficção e realidade em um romance onde a frase “baseada em fatos reais” é muita bem empregada. O jornalista procura demonstrar como a cidade do Rio de Janeiro, como exemplo brasileiro que chama mais a atenção,

² Ataques a pessoas por suas origens são fatos corriqueiros no Brasil. Índios são assassinados queimados por que são confundidos com mendigos, empregadas domésticas são espancadas por que foram confundidas como prostitutas e diversas personalidades se divertem arremessando ovos em transeuntes de Copacabana, deixando a impressão de que no Brasil existem algumas classes que podem ser humilhadas, espancada e mesmo assassinadas, pois são inferiores e não são portadoras dos mesmos direitos dos demais.

atingiu na década de 90 do Século XX o ápice da violência, violência essa, bem caracterizada por uma divisão entre o morro e asfalto, entre o rico e o pobre, ou seja, o título do livro não poderia ser melhor: Cidade Partida.

Temos hoje em no país numerosas cidades partidas, alimentando uma idéia de diferenças entre “eles” e “nós”, diferenças essas reforçadas por padrão de consumo que transforma o “ser” em “ter”, alimentando um espiral baseado em valores apenas materiais, deixando cada vez mais a capacidade de cada um de lado.

Os primeiros registros das atividades policiais urbanas na modernidade foram registrados na Europa entre o séc. XVI e XVIII. As intervenções da polícia procuravam impor “o princípio da ordem”, num contexto marcado pelo colapso econômico e político do feudalismo e pela emergência dos estados nacionais.

Ou seja, as organizações policiais não eram responsáveis apenas pela manutenção da ordem pública, mas também pela reprodução da ordem social através da administração das populações pobres. Suas ações, ordenadas pela filosofia mercantilista, visavam à promoção do bem-estar por meio de práticas de gerenciamento das forças de trabalho visando a sua utilização para acelerar a acumulação de capital. Com a modernidade, porém, alicerçada nos princípios do Iluminismo, foi possível a construção do pensamento do homem individual. A partir daí, portanto, definiram-se as diretrizes da construção de direitos fundamentais individuais.

Com a ascensão das teorias liberais houve uma redução das funções das atividades policiais. Com o liberalismo, a organização e a disciplina do trabalho passaram a ser exercidas pelo capital. As ações policiais nos grandes centros urbanos passaram então a se concentrar mais especificamente na proteção da lei e da ordem, bem como na prevenção e detecção dos delitos. Muito mais do que contribuir para a consolidação do bem-estar e a legitimação do estado de direito, a polícia intensificou seu poder sobre os indivíduos e sobre o monitoramento das condições de pobreza nas áreas urbanas.

No século XIX foi emblemática a organização de uma polícia urbana assentada nos ideais liberais para o combate à criminalidade. A revolução Industrial acirrou os conflitos sociais. A fragilidade das políticas públicas e sociais não favoreceu a uma redução das condições de miséria que assolavam as massas. A concentração populacional nos grandes centros urbanos intensificava a desordem social e a criminalidade.

COTIDIANO DE VIOLÊNCIA NO BRASIL

Apesar de o Brasil ser considerado um Estado Democrático de Direito, legalmente constituído e baseado em uma constituição denominada “Cidadã”, as instituições do sistema de justiça criminal, em especial as organizações policiais, que atuam diretamente com a população, não acompanharam com a devida transparência e rapidez às mudanças que a nova Constituição Federal propôs no âmbito da proteção da dignidade humana.

Essa situação fica evidenciada para a sociedade civil em geral, trazendo a tona à ineficiência e total despreparo das instituições policiais na resolução dos mais variados tipos de crimes, interferências em conflitos sem violência letal e falta de preparo para proteger os cidadãos que mais necessitam e que na sua totalidade são tratados como possíveis suspeitos³, alimentando uma espiral sem fim da violência urbana, que atingem em geral as populações periféricas, pobres e negras (MORAES, 2000, PINHEIRO, 1997), alimentando cada vez mais a engrenagem da violência.

A manutenção de enclaves autoritários em diversos postos civis da administração estatal (Federal, Estadual ou municipal) no Brasil (ZAVERRUCHA, 2000) contribui para a não adoção efetiva de uma política de segurança pública voltada para a defesa dos indivíduos, mas apenas

³ Dentre as práticas comuns de manutenção desse estado de suspeição constante podemos verificar as revistas de suspeitos mais pelas suas características físicas e de suas vestes e também as práticas militarizadas de policiamento ostensivo chamadas de RONDAS, em sua maioria caracterizada por viaturas ou 4 ou 5 policiais esquadrinhando o espaço em busca de pessoas suspeitas, baseadas única e exclusivamente nos conceitos e experiências de cada policial (FERNANDES, 1989).

para a manutenção da Ordem Pública, desprezando a idéia de que as instituições policiais devem ser um elemento de resolução pacífica de conflitos, utilizando a força apenas como último recurso e dentro dos limites legais.

As discussões sobre a violência e segurança pública somente adquirem importância na sociedade quando do surgimento de casos de violência extrema que chocam a população, sejam elas praticadas por agentes das instituições policiais ou não, pertencentes a grupos de extermínio, prática comum em quase todo os estado da federação⁴.

Os debates sobre as questões da segurança pública não encontram profundidade na sociedade civil⁵, fato esse que contribui para a manutenção de políticas do tipo “mais carros policiais, mais armas e mais carros” como única alternativa para se tentar reduzir os altos índices de violência e criminalidade, mantendo-se um padrão de investimentos que não produz reflexos efetivos no campo da redução da violência e da criminalidade.

As políticas públicas de segurança são voltadas apenas para o atendimento de casos específicos em curto prazo, atuando de forma extremamente repressiva, na maioria dos casos⁶, acarretando em um número elevado de casos de violência letal por parte das instituições policiais.

Segundo ADORNO (2002: 96):

Embora não se possam fazer generalizações, esta escalada da violência policial pôde ser observada em outros Estados da federação, em especial no Rio

⁴ A violência policial seja letal ou não, aumenta a cada ano no Brasil, apesar de toda “proteção” que a Constituição Federal de 1988 proporciona. Os homicídios praticados por agentes policiais sejam em serviço ou não, evoluem de forma absurda, apesar da implementação dos programas de policiamento comunitário e da existência das disciplinas de direitos humanos nas instituições de ensino policiais. Para melhor compreensão do aumento nos números de violência letal por parte das policias militares ver BORDIN (2005) e OLIVEIRA JÚNIOR (2004).

⁵ Apesar da existência de uma esfera de discussão regulamentada sobre segurança pública na maioria dos Estados (conselhos de segurança), ela não representa um elemento decisório na formação de políticas de segurança pública no Brasil. Para um melhor entendimento ver ZAVATARO (2006).

⁶ Em geral, no Brasil, as instituições policiais atuam em grandes operações em áreas pobres (favelas), visando demonstrar que o Estado detém o controle da situação porem atuando de forma extremamente violenta contra a população dessas áreas, nem sempre com resultados satisfatórios.

de Janeiro, onde são freqüentes as incursões policiais nos morros, favelas e áreas de concentração de habitações populares com o propósito de prender traficantes ou conter o tráfico de drogas. Não raro, essas incursões resultam em mortes de delinqüentes, em confronto com a polícia e são justificadas em nome de resistência à ordem de prisão.

Esse modelo repressivo e violento de planejar e executar ações de segurança pública fica evidente em qualquer cidade do país, seja na cidade do Rio de Janeiro, São Paulo Porto Alegre ou em Curitiba, utilizando-se de um grande aparato policial para ocupar áreas pobres com a justificativa de reprimir crimes e diminuir a violência⁷. Esse modelo vem apenas demonstrar que o aparato coercitivo do Estado serve apenas para controlar e manter sob vigilâncias as chamadas “classes perigosas” (PINHEIRO, Op. Cit.).

Verifica-se que a violência tornou-se a regra em toda a extensão do território brasileiro e atualmente a Saúde Pública tem procurado entender melhor esse intrincado fato social (MYNAIO, 2000), buscando em outras ciências, possíveis interpretações que possam ajudar a propor políticas públicas que minimizem o impacto, seja na redução dos acidentes de trânsito, nos suicídios ou homicídios.

Essas violências que resultam em ferimentos e mortes causam um incontável desperdício de vidas e de recursos econômicos, seja no atendimento as vítimas, seja nos anos produtivos perdidos, e atualmente existe uma grande preocupação por parte das autoridades da área da saúde pública no sentido de entender a violência urbana e proporcionar políticas públicas que visem a reduzir os impactos na área da saúde. Percebe-se então que as mortes por causas externas hoje possuem lugar de destaque na mídia e nas políticas públicas de saúde.

⁷ Em Curitiba, duas áreas da cidade foram “ocupadas” no ano de 2005. A Vila das Torres no dia 28/02/2005 e a Vila Parolim, no dia 05/05/2005. Essas áreas foram ocupadas em virtude de a primeira estar localizada na região da via que é acesso ao aeroporto internacional Afonso Pena, localizado na cidade de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), e também por estar próximo a uma famosa universidade da capital e a segunda por estar próximo a bairros de classe média. Essas “ocupações” não lograram êxito, pois não existiu continuidade e também, como se anunciou inicialmente, as ações sociais não foram implementadas com sucesso ou nem chegaram a ser iniciada como foram previstas no início das ações.

A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE URBANA EM CURITIBA

A cidade de Curitiba é tida como uma cidade planejada e com soluções práticas para problemas que assolam diversas áreas urbanas pelo país, inclusive vendendo idéias para outros aglomerados urbanos e até mesmo para outros países, porém não atende as demandas das populações menos favorecidas, gerando áreas que podemos considerar como “vitrines” (SAMEK, 1996, MENDONÇA, *Op. Cit*).

Esse planejamento, por exemplo, criou uma área específica para indústrias, como a Cidade Industrial de Curitiba, porém não levou em conta as necessidades habitacionais próximas ou de transporte de outras regiões para as fábricas, gerando um déficit de infra-estrutura básica (OLIVEIRA, 2001). Com o aumento populacional e conseqüentemente um aumento nos preços dos imóveis (TEIXEIRA & SERRA, 2006) que acabam impactando na especulação imobiliária promovendo um inchaço da periferia e da Região Metropolitana, aumentando também a procura por loteamentos sem infra-estrutura e mesmo por ocupações irregulares, gerando conflitos entre populares contra o Estado e os especuladores.

Ainda com relação à violência urbana e ao clima de medo e insegurança nas grandes cidades brasileiras, MIR (2004) e SOUZA (2005) chamam a atenção para o estado de “guerra civil” em que o país mergulhou, levando em conta o elevado número de mortes violentas que ocorrem diariamente em nossas cidades, sejam acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, resultado do processo de anomia⁸ por qual passa nossa sociedade.

Esse processo de desagregação social, que em parte pode ser explicado também pelo modelo econômico vigente, onde a preocupação maior com o consumo excessivo alimenta toda uma sociedade em que a preocupação maior é o de possuir cada vez mais e não somente aquilo

⁸ Anomia no sentido de desregramento posto por Emile Durkheim no seu clássico estudo sobre o suicídio. (O SUICÍDIO, 1897 (2005) Martin Claret Editora, SP).

que seria o necessário para suprir as necessidades de cada um para uma vida com conforto e dignidade.

Na década de 1990 do Século XX, os homicídios foram responsáveis por 33% das mortes por causas externas no Brasil, sendo que o uso de armas de fogo teve um salto de 50% dos casos no início da década para 70% no ano de 2000 (PERES & SANTOS, 2005), demonstrando a falta de controle por parte das autoridades responsáveis pela segurança pública. No Estado do Paraná os números não fogem a regra e a Região Metropolitana de Curitiba mantém o padrão do resto do país numa constante evolução de 1980 até 2004.

Na tabela abaixo, observa-se a evolução dos casos de homicídios no Estado do Paraná no período de 1996 até 2002.

EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO PARANÁ DE 1996 ATÉ 2002

Homicídios Dolosos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Curitiba	289	371	386	333	373	443	385
DPMetro	114	176	168	127	205	251	297
Interior	926	1114	1159	749	832	1152	1584
Paraná	1329	1661	1713	1209	1410	1846	2266

Fonte: Grupo Auxiliar de Planejamento/Departamento da Polícia Civil do Pr, citado em Bordin, 2005.

Em Curitiba, verifica-se uma maior concentração dos crimes contra a vida, em especial os homicídios, nas áreas periféricas, com maior população e com baixos níveis de desenvolvimento econômico, e ainda caracterizados por possuírem características de áreas industriais, como por exemplo, a Cidade Industrial de Curitiba, e bairros com uma história de desenvolvimento recente, caso do bairro Sítio Cercado e Tatuquara e aqueles que possuem altos índices de áreas irregulares em seu território, sendo exemplos deste caso o bairro Uberaba e o bairro Cajuru, este último figurando sempre nas páginas policiais da capital paranaense⁹.

⁹ Essa delimitação quanto aos tipos de crimes em Curitiba pode ser verificada no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, com relação ao ano de 2007 e primeiro semestre de 2008. http://www.seguranca.pr.gov.br/gestao_estatisticas.php

Os bairros citados anteriormente ainda possuem em suas áreas geográficas inúmeros problemas relacionados ao tráfico de entorpecentes e que gera uma outra dinâmica de seus moradores e também daqueles que por eles circulam, observando que o Estado não atua de forma contínua, deixando uma espécie de “vácuo” facilmente preenchido por traficantes, tendo a participação do Estado nesses bairros limitada a ação das polícias, que geralmente atuam de forma violenta e em determinados horários, atuação esta que geralmente se volta contra a maioria da população honesta.

Já os crimes contra o patrimônio concentram-se nas áreas aonde a possibilidade de lucro é maior e o custo será mínimo, em virtude de uma série de fatores, como por exemplo, o grande volume de pessoas no bairro Centro, que irá favorecer uma fuga mais fácil, e também pela maior circulação de dinheiro que este bairro tem. Verifica-se também que os crimes contra o patrimônio possuem maior incidência em áreas limítrofes de áreas pobres e áreas ricas, remetendo a áreas específicas de cometimento de crimes de roubo e furtos.

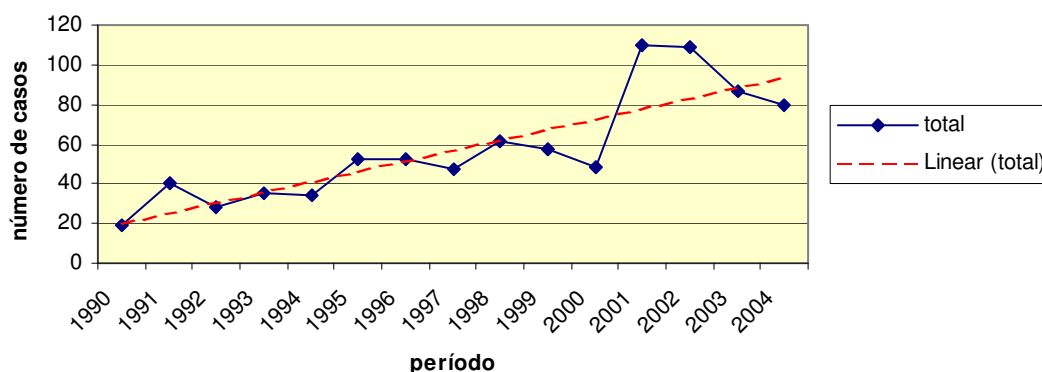
Não queremos afirmar aqui que existe uma relação entre pobreza e criminalidade ou violência, fato este já tratado em diversos estudos e que não ficou comprovada tal relação, mas sim tentar demonstrar que essas áreas limítrofes são áreas “conflituosas” e onde as mazelas sociais ficam evidentes.

Numa análise espacial dos homicídios em Curitiba no ano de 2007 realizado pela Secretaria de Segurança Pública foram identificados os bairros citados (Cidade Industrial, Tatuquara, Sitio Cercado, Cajuru e Uberaba) com o maior número de casos e posteriormente na análise de janeiro até agosto de 2008, esses mesmos bairros continuaram a liderar esse vergonhoso *ranking*, salvo por pequenas variações na quantidade de casos em virtude do período analisado ser diferenciado, demonstrando que as intervenções por parte do Estado não foram suficientes para alterar o quadro referente à violência letal na Capital do Estado.

Esses mesmos bairros são aqueles com maiores problemas com relação aos serviços governamentais em virtude de seu grande número de moradores como a Cidade Industrial (bairro este que ainda conta com uma enorme população pendular em virtude do grande número de indústrias localizadas no bairro) e Sítio Cercado, alguns com áreas enormes de seu território com ocupações irregulares como o Cajuru e o Uberaba e outros pela rápida formação e ocupação de loteamentos como o Tatuquara, sendo que alguns desses problemas ocorrem de maneira conjunta em um ou outro bairro.

Nesses bairros a única forma do estado se fazer presente é com ações policiais e que geralmente resultam em mais violência em geral contra aquelas parcelas da população constituídos de pobres, jovens e negros, quando não resulta de violência policial letal, que resulta em número cada vez maior no estado do Paraná, conforme gráfico abaixo.

Homicídios cometidos por policiais militares em serviço no Estado do Paraná (1990/2004)



Fonte: BORDIN 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de uma conclusão sobre o assunto, pode ser verificado através dessa pequena análise que a Cidade de Curitiba apresenta os mesmos problemas que cidades maiores e que as condições de vida nos bairros periféricos e é por demais afetada pela violência e pela criminalidade que

se instala nesses bairros, aproveitando das condições adversas de infraestrutura para a realização de negócios ilícitos e utilizando violência para demonstrações de poder para a manutenção de suas atividades ilegais.

O Estado, que deveria proporcionar a melhoria das condições dessas regiões não o faz, mantendo apenas as forças policiais em contato direto com a população que, como foi explanado, proporciona um serviço de baixa qualidade e que resulta cada dia mais em ações que resultam em mortes de civis.

A idéia de uma cidade que possui uma responsabilidade social ou uma preocupação com o meio ambiente proporcionou um volume maior de migrantes em busca de melhores condições de vida, mas a realidade não foi esta. Pessoas sem condições de moradia, educação, saúde é a realidade de uma cidade em que a imagem vale muito mais do que o palpável e que deixa expostos os seus problemas e seus conflitos colocados diante de nossos olhos na figura de um menino descalço e maltrapilho fazendo malabares com limões num cruzamento em troca de algumas moedas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ADORNO, Sérgio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana.** *Sociologias*. [online]. jul./dez. 2002, no.8 [citado 25 Setembro 2005], p.84-135. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-4522.

BRASIL, Ministério da Saúde, Data/SUS. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/erPR.def>. Acesso em 10 de Agosto de 2007.

BORDIN, Marcelo. **A Falência Do Modelo Brasileiro De Policiamento Ostensivo E Sua Relação Com O Aumento Da Criminalidade Em Curitiba 1992 – 2002.** Curitiba, Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Sociologia Política, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, 2004.

BORDIN, Marcelo. **A Política De Segurança Pública No Governo Jaime Lerner (1995 – 2002),** Curitiba, Monografia de Conclusão do Curso de Ciência Política da Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER), 2005.

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**, São Paulo, Edusp, 2000.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio** (1897). Martin Claret Editora, São Paulo, 2005.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Rondas à Cidade: Uma Coreografia do Poder**. São Paulo, Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, 1989.
- GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. Editora Francis, São Paulo, 2003.
- GOMES, Edvânia T. A. **Inquietação em torno do debate sociedade-natureza no espaço da cidade**. In: SOUZA, Maria; SANTOS, Milton; SCARLANTO, Francisco; ARROYO, Mônica. **O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. Hucitec: São Paulo, 1997.
- LEITE, Maria A. F. P. **A natureza e a cidade: discutindo suas relações**. In: SOUZA, Maria; SANTOS, Milton; SCARLANTO, Francisco; ARROYO, Mônica. **O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. Hucitec: São Paulo, 1997.
- MARTUCCELLI, Danilo. **Reflexões sobre a violência na condição moderna**. São Paulo, Revista Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, 11(1), 1999.
- MENDONÇA, Francisco. **Geografia socioambiental**. In: _____; KOZEL, Salete (orgs). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Editora da UFPR: Curitiba, 2002.
- MIR, Luis. **Guerra Civil: Estado e Trauma**. Geração Editorial, São Paulo, 2003.
- MOURA, Rosa. **Políticas Públicas Urbanas: Ausências e Impactos in MENDONÇA, Francisco. Impactos Socioambientais Urbanos**. Editora da UFPR, Curitiba, 2004.
- MORAES, P. R. B. **Preconceito, invisibilidade e violência racial em Curitiba**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba/PR, n. 13, p. 1-24, 1999.
- OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba, SEED, 2001.
- OLIVEIRA, V. Luis. **A política industrial do setor automotivo e a crítica ao modo de regulação sob o desenvolvimentismo (1995-2002): o caso do Estado do Paraná**. Tese de Doutorado em História, UFPR, Digitado, 2003.
- PARANÁ, Estado do. Secretaria de Estado da Segurança Pública. http://www.seguranca.pr.gov.br/gestao_estatisticas.php. Acesso em 30 de Abril de 2008.

PERES, M. F. T.; SANTOS Patrícia Carla dos. **Evolução da Mortalidade por Homicídios no Brasil na Década de 1990: O Papel das Armas de Fogo.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 58-66, 2005.

PINHEIRO, P. S. **Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias** *In* Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n. 1, 1997.

SAMEK, Jorge. **A Curitiba do Terceiro Milênio**, Curitiba, Editora Palavra, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**, 3ª Edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Clima de Guerra Civil?: Violência e Medo nas Grandes Cidades Brasileiras** *in* ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Que País é Esse?:** Pensando o Brasil Contemporâneo. Editora Globo, São Paulo, 2005.

TEIXEIRA, Evandro Camargo; SERRA, M. A. **O Impacto da Criminalidade no Valor da Locação de Imóveis: O Caso de Curitiba.** Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 15, p. 175-207, 2006.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida.** Cia das Letras Editora, São Paulo, 1994.

WIEVIORKA, Michel. **O Novo Paradigma da Violência.** São Paulo, Revista Tempo Social, 9(1), Edusp, 1997.